

COMPANHIA DE ENTREPOSTOS E ARMAZÉNS GERAIS DE SÃO PAULO - CEAGESP

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

1º Trimestre/2019

SUMÁRIO

Demonstrações Contábeis

Balanço Patrimonial.....	03
Demonstração do Resultado.....	04
Demonstração do Resultado Abrangente.....	05
Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido.....	06
Demonstração do Fluxo de Caixa.....	07

Notas explicativas às demonstrações contábeis intermediárias

1. Objeto.....	08
2. Base de Preparação e Apresentação das Demonstrações Contábeis.....	08
3. Resumo das Principais Práticas Contábeis.....	09
4. Caixa e Equivalentes de Caixa.....	10
5. Clientes.....	10
6. Impostos a Recuperar / Compensar.....	11
7. Estoques.....	11
8. Outros Valores.....	11
9. Despesas Antecipadas.....	11
10. Depósitos Judiciais – Longo Prazo.....	12
11. Causas Judiciais Trabalhistas – Longo Prazo.....	12
12. Outros Valores - Longo Prazo.....	13
13. Investimentos.....	13
14. Imobilizado.....	13
15. Intangível.....	14
16. Férias e Encargos a Pagar.....	14
17. Contribuições Sociais a Recolher.....	15
18. Obrigações Fiscais a Recolher.....	15
19. Encargos a Pagar.....	16
20. Contas a Pagar.....	16
21. Empréstimos a Pagar.....	16
22. Provisão para Contingências.....	17
23. Patrimônio Líquido.....	18

24. Receitas, Custos e Despesas.....	18
25. EBITDA.....	22
26. Remuneração Paga a Administradores e Empregados.....	23
27. Integração do Balanço Ceagesp ao da União - BGU.....	23
28. Seguro.....	23
29. Responsabilidades sobre Depósitos em Garantias.....	23
30. Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro.....	24
31. Instrumentos Financeiros e Gestão de Riscos.....	25
Relatório dos Auditores Independentes sobre a Revisão de Informações Trimestrais – ITR.....	27

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE MARÇO DE 2019 E 31 DE DEZEMBRO DE 2018
(Em milhares de reais)

	Nota	31.03.2019	31.12.2018	Nota	31.03.2019	31.12.2018
ATIVO				PASSIVO		
Ativo Circulante				Passivo Circulante		
Caixa e equivalentes de caixa	4	1.461	3.169	Fornecedores		13.897
Clientes	5	25.773	23.052	Férias e encargos a pagar	16	9.188
Impostos a recuperar / compensar	6	110	84	Contribuições sociais a recolher	17	3.591
Estoques	7	944	955	Obrigações fiscais a recolher	18	29.124
Outros valores	8	763	265	Encargos a pagar	19	4.212
Despesas antecipadas	9	17.356	1.693	Contas a pagar	20	8.169
Total do ativo circulante		46.407	29.218	Empréstimos a pagar	21	6.869
				Total do passivo circulante		75.050
Ativo não circulante				Passivo não circulante		
Realizável a longo prazo				Adiantamento p/ futuro aumento		
Depósitos judiciais	10	31.663	30.929	de capital		1.383
Causas judiciais trabalhistas	11	13.497	13.170	Obrigações fiscais a recolher	18	19.419
Outros valores	12	2.051	2.051	Provisão para contingências	22	26.522
Total do realizável a longo prazo		47.211	46.150	Total do passivo não circulante		49.350
Total do ativo não circulante		250.303	250.801	Patrimônio Líquido		
Investimentos	13	251	251	Capital social	23	137.041
Imobilizado	14	202.339	203.840	Reserva legal		3.513
Intangível	15	502	560	Reserva estatutária		11.312
				Reserva de retenção de lucros		8.497
TOTAL DO ATIVO		296.710	280.019	Reserva de reavaliação	23.1	16.672
				Reserva especial	23.2	2.885
				Prejuízos acumulados	23.3	(5.584)
				Total do patrimônio líquido		174.336
				TOTAL DO PASSIVO + PL		180.019
						296.710
						280.019

As notas explicativas integram as demonstrações contábeis intermediárias.

**DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO
PARA O PERÍODO DE TRÊS MESES FINDOS EM 31 DE MARÇO DE 2019 E 2018**

(Em milhares de reais)

	Nota	31.03.2019	31.03.2018
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA			
Custo dos serviços prestados e produtos vendidos	24.1	23.841	22.537
LUCRO BRUTO	24.2	(15.666)	(12.281)
		8.175	10.256
DESPESAS COM VENDAS, GERAIS, ADMINISTRATIVAS E OUTRAS DESPESAS E RECEITAS OPERACIONAIS			
Com vendas		(2)	(1)
Gerais e administrativas	24.3	(13.491)	(14.186)
Honorários da administração		(273)	(221)
Outras receitas operacionais		158	81
RESULTADO ANTES DAS RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS		(5.433)	(4.071)
Despesas financeiras	24.4	(1.026)	(413)
Receitas financeiras	24.5	733	644
RESULTADO FINANCEIRO		(293)	231
RESULTADO ANTES DOS TRIBUTOS SOBRE O LUCRO		(5.726)	(3.840)
Contribuição social	30	-	-
Imposto de renda	30	-	-
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO		(5.726)	(3.840)
RESULTADO LÍQUIDO POR AÇÃO		(0,17)	(0,11)

As notas explicativas integram as demonstrações contábeis intermediárias.

**DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE
PARA O PERÍODO DE TRÊS MESES FINDOS EM 31 DE MARÇO DE 2019 E 2018**

	31.03.2019	31.03.2018
(Em milhares de reais)		
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	(5.726)	(3.840)
(+) Realização da reserva de reavaliação	142	142
(-) Ajustes de exercícios anteriores	-	(4)
RESULTADO LÍQUIDO ABRANGENTE	(5.584)	(3.702)

As notas explicativas integram as demonstrações contábeis intermediárias.

**DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
PARA O PERÍODO DE TRÊS MESES FINDOS EM 31 DE MARÇO DE 2019 E 31 DE DEZEMBRO DE 2018**
(Em milhares de reais)

	Capital Social Subscrito	Reserva de Reavaliação	Reserva Legal	Reserva Retenção de Lucros	Reserva Especial	Reserva Estatutária	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Total
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018	137.041	16.814	3.513	8.497	2.842	11.312		180.019
Realização da reserva de reavaliação		(142)					142	
Resultado líquido do período							(5.726)	(5.726)
Atualização da reserva especial					43			43
EM 31 DE MARÇO DE 2019	137.041	16.672	3.513	8.497	2.885	11.312	(5.584)	174.336

As notas explicativas integram as demonstrações contábeis intermediárias.

**DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA MÉTODO INDIRETO
PARA O PERÍODO DE TRÊS MESES FINDOS EM 31 DE MARÇO DE 2019 E 2018**

(Em milhares de reais)	31.03.2019	31.03.2018
Atividades operacionais		
Resultado líquido ajustado		
Resultado líquido do período	(5.726)	(3.840)
Depreciação e amortização	1.590	1.665
Resultado líquido de alienação de imobilizado	114	-
Provisão para contingências	(397)	173
Variação monetária líquida	272	368
(Aumento) Redução dos ativos operacionais		
Contas a receber - processos trabalhistas	(735)	(393)
Contas a receber - clientes	(2.721)	(2.630)
Estoques	12	(226)
Impostos a recuperar	(27)	(18)
Despesas antecipadas	(15.663)	(13.279)
Outros créditos	(825)	(821)
Aumento (Redução) dos passivos operacionais		
Contas correntes credores	61	54
Fornecedores	1.908	6.212
Impostos, encargos e contribuições a recolher	1.870	1.929
Obrigações fiscais a recolher	15.858	5.899
Contas a pagar	50	32
Ajustes de exercícios anteriores	-	(4)
Provisões para férias e encargos	571	757
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	(3.788)	(4.122)
Atividades de investimentos		
Imobilizado		
Aquisição de imobilizado	(143)	(102)
Caixa líquido consumido pelas atividades de investimentos	(143)	(102)
Atividades de financiamentos		
Variação monetária s/ reserva para aumento de capital	21	14
Empréstimos obtidos	2.202	-
Caixa líquido consumido pelas atividades de financiamentos	2.223	14
Diminuição do saldo de disponibilidades	(1.708)	(4.210)
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	3.169	5.612
Caixa e equivalentes de caixa no fim do período	1.461	1.402
Variação de caixa e equivalentes de caixa	(1.708)	(4.210)

As notas explicativas integram as demonstrações contábeis intermediárias.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS EM 31 DE MARÇO DE 2019 E 2018 (Em milhares de reais)

1. OBJETO

A Companhia é uma empresa pública federal, sob a forma de sociedade anônima, com sede localizada na Avenida Doutor Gastão Vidigal nº 1946, na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo. É vinculada ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, regida pela legislação a ela aplicável e pelo seu estatuto.

Opera no âmbito do sistema estadual de abastecimento de produtos agropecuários, atuando na guarda e conservação de mercadorias de terceiros em armazéns, silos e frigoríficos e na instalação de entrepostos para, sob sua administração, permitir o uso remunerado de seus espaços para a comercialização destes produtos por terceiros. Permite também o uso remunerado de áreas sem exploração comercial nas unidades operacionais a terceiros, para finalidades diversas.

Executa, ainda, serviços complementares de promoção de novos estudos e pesquisas para subsidiar o estabelecimento de padrões oficiais de classificação, rotulagem e embalagens de produtos agropecuários do agronegócio, manter serviços de informação de mercado, de classificação e certificação de produtos vegetais, seus subprodutos e resíduos de valor econômico. Para tanto, qualifica pessoal para atuar na área do abastecimento alimentar e agronegócio.

Opera a sala de vendas públicas, na forma prevista no artigo 128 do Decreto nº 1.102, de 21 de novembro de 1903.

Comercializa produtos e subprodutos, observando a legislação vigente.

Em 2 de janeiro de 1998 ocorreu a transferência das ações da Companhia para a União, até então de propriedade do Estado de São Paulo, através do contrato de Assunção da Dívida firmado ao amparo da Lei Federal nº 9.496, de 11 de setembro de 1997.

2. BASE DE PREPARAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis intermediárias foram aprovadas pela Diretoria Executiva da Companhia em 07 de maio de 2019.

2.1. Declaração de conformidade

As demonstrações contábeis da Companhia foram preparadas de acordo com as normas internacionais de contabilidade (International Financial Reporting Standards – IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board – IASB e as práticas contábeis adotadas no Brasil. Estas práticas contábeis compreendem os Pronunciamentos, Interpretações e Orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC, os quais foram aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM e pelo Conselho Federal de Contabilidade – CFC, incluindo também as normas complementares emitidas pela CVM.

As demonstrações contábeis foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, exceto pelas reavaliações realizadas em anos anteriores à data de transição, pelas opções de ações outorgadas e pela valorização de certos instrumentos financeiros, os quais são mensurados pelo valor justo.

2.2. Base de preparação e apresentação

Todos os valores apresentados nestas demonstrações contábeis estão expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outro modo. Devido ao uso de arredondamentos, os números apresentados ao longo dessas demonstrações contábeis podem não perfazer precisamente os totais apresentados. Os dados quantitativos, tais como volumes não foram objeto de auditoria dos auditores independentes.

Estas demonstrações financeiras intermediárias foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com o pronunciamento técnico CPC 21 – Demonstrações Intermediárias e com as normas internacionais IAS 34 – Interim Financial Reporting, emitidas pelo IASB, e também com base nas disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela CVM, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais – ITR.

Essas informações intermediárias foram elaboradas seguindo a base de preparação e políticas contábeis consistentes com aquelas adotadas na elaboração das demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2018 e devem ser lidas em conjunto.

As informações de notas explicativas que não sofreram alterações significativas em comparação a 31 de dezembro de 2018 não foram apresentadas integralmente nestas informações trimestrais.

As informações relevantes próprias das demonstrações contábeis intermediárias, e somente elas, estão sendo evidenciadas e que correspondem às utilizadas pela administração na sua gestão.

2.3. Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações contábeis foram preparadas e estão apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional e de apresentação da Companhia. A moeda funcional foi determinada em função do ambiente econômico primário de suas operações.

3. RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

Essas informações contábeis intermediárias foram elaboradas seguindo a base de preparação e políticas contábeis consistentes com aquelas adotadas na elaboração das demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2018. A Companhia não adotou antecipadamente nenhuma norma ou interpretação emitida que ainda não esteja em vigor. Não houve efeitos ou alterações pela adoção das normas vigentes a partir de 1º de janeiro de 2019.

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	31.03.2019	31.12.2018
Caixa	30	33
Bancos Conta Movimento	1.431	910
Aplicações Financeiras	-	2.226
	1.461	3.169

4.1. Caixa – Refere-se ao fundo fixo, disponibilizado através de cartão de débito, utilizado para pagamento de pequenas despesas pela Matriz e Unidades.

4.2. Bancos Conta Movimento – Representa as contas correntes mantidas com as instituições financeiras: Banco do Brasil, Caixa Econômica Federal e Santander.

5. CLIENTES

	31.03.2019	31.12.2018
Contas a Receber – Armazenagem	6.619	4.639
Contas a Receber – Entrepastagem	21.376	20.082
Valores em Cobrança	976	749
(-) Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa - PCLD	(3.198)	(2.418)
	25.773	23.052

Os créditos a receber são decorrentes da prestação de serviços e estão registrados pelo valor original, deduzidos da perda estimada de crédito de liquidação duvidosa.

5.1. Contas a Receber – Armazenagem – Créditos de clientes da rede armazenadora, composta por 33 Unidades ativas.

5.2. Contas a Receber – Entrepastagem – São registrados os valores a receber da principal fonte de receita da Companhia. A rede de entrepostos é composta por 12 Unidades no interior, 1 na Capital, 4 Unidades frigoríficas e a fábrica de gelo.

5.3. Valores em Cobrança – São débitos vencidos de permissionários, autorizados, concessionários que tiveram suas permissões, autorizações ou concessões canceladas ou de clientes/depositantes da rede armazenadora.

5.4. Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa – A Companhia adota como política a provisão para perdas das parcelas com vencimentos superiores a 180 dias. Na Entrepastagem é considerado o total dos valores vencidos. Na Armazenagem é considerado o montante do valor complementar, se a mercadoria estocada for insuficiente para a garantia do débito.

DEMONSTRAÇÃO DA PCLD

	31.03.2019
Saldo em 31.12.2018	(2.418)
(+) Provisões constituídas no período	(1.499)
(-) Reversões ocorridas no período	719
Saldo final em 31.03.2019	(3.198)

6. IMPOSTOS A RECUPERAR/COMPENSAR

IR Retido na Fonte
IR a Compensar
CSLL a Compensar
Cofins a Compensar

	31.03.2019	31.12.2018
IR Retido na Fonte	20	11
IR a Compensar	73	60
CSLL a Compensar	16	13
Cofins a Compensar	1	-
	110	84

Corresponde à retenção obrigatória realizada por clientes.

7. ESTOQUES

Estoques de Vendas
Almoxarifado

	31.03.2019	31.12.2018
Estoques de Vendas	70	70
Almoxarifado	874	885
	944	955

Os estoques da Companhia são avaliados pelo custo médio de aquisição.

8. OUTROS VALORES

Cauções para Garantias Diversas
Outros Créditos
Adiantamentos a Funcionários

	31.03.2019	31.12.2018
Cauções para Garantias Diversas	17	17
Outros Créditos	34	37
Adiantamentos a Funcionários	712	211
	763	265

8.1. Cauções para Garantias Diversas – Valor a recuperar referente garantia contratual.

8.2. Outros Créditos – Estão registrados valores a recuperar de funcionários.

8.3. Adiantamentos a Funcionários – São registrados adiantamentos de férias, salários, 13º salário e de custeio de viagens. O aumento está relacionado ao adiantamento de 13º salário.

9. DESPESAS ANTECIPADAS

Prêmios de Seguros a Vencer
Gastos Gerais Antecipados

	31.03.2019	31.12.2018
Prêmios de Seguros a Vencer	975	1.693
Gastos Gerais Antecipados	16.381	-
	17.356	1.693

9.1. Prêmios de Seguros a Vencer – São registrados seguros relativos a bens móveis, imóveis, equipamentos, instalações, mercadorias de terceiros e de responsabilidade civil, conforme nota explicativa nº 28.

9.2. Gastos Gerais Antecipados - O aumento está relacionado à apropriação das parcelas a vencer do Imposto Predial, Territorial e Urbano - IPTU.

10. DEPÓSITOS JUDICIAIS - LONGO PRAZO

Causas Diversas - Cíveis
Causas Trabalhistas - Ceagesp
Causas Trabalhistas - Terceiros
Causas Trabalhistas - Governo do Estado de São Paulo

	31.03.2019	31.12.2018
Causas Diversas - Cíveis	445	445
Causas Trabalhistas - Ceagesp	955	905
Causas Trabalhistas - Terceiros	2.195	2.162
Causas Trabalhistas - Governo do Estado de São Paulo	28.068	27.417
	31.663	30.929

10.1. Causas Diversas – Cíveis – São registrados valores pagos e classificados como recuperáveis conforme parecer jurídico.

10.2. Causas Trabalhistas – Ceagesp – Estão contabilizados valores desembolsados e considerados recuperáveis, de processos trabalhistas de responsabilidade da Ceagesp. Permanecem registrados nesta conta até o trânsito em julgado dos processos.

10.3. Causas Trabalhistas – Terceiros – Nesta rubrica são contabilizados os pagamentos de ações nas quais a Ceagesp possui responsabilidade subsidiária. São processos de funcionários de empresas prestadoras de serviços terceirizados.

10.4. Causas Trabalhistas - Governo do Estado de São Paulo – Compreende os valores desembolsados referentes às ações de licença prêmio, pensão, corrida de faixa e complementação de aposentadoria de ex-funcionários. O Governo do Estado de São Paulo é o responsável pelo reembolso destes valores, de acordo com o Terceiro Termo Aditivo ao Contrato de Promessa de Venda e Compra de Ações do Capital Social da Ceagesp, estabelecido pelo artigo 8º da Lei Estadual nº 8.794, de 19 de abril de 1994 (“Complementações”).

11. CAUSAS JUDICIAIS TRABALHISTAS – LONGO PRAZO

Ctas Rec. Governo Est. S. Paulo - Processos em Andamento
Ctas Rec. Governo Est. São Paulo - Processos Encerrados

	31.03.2019	31.12.2018
Ctas Rec. Governo Est. S. Paulo - Processos em Andamento	8.559	8.232
Ctas Rec. Governo Est. São Paulo - Processos Encerrados	4.938	4.938
	13.497	13.170

11.1. Contas a Receber do Governo do Estado de São Paulo – Processos em Andamento

– Contempla valores provisionados e classificados como recebimento provável de acordo com parecer jurídico. A contrapartida do lançamento é a conta do passivo, “Provisão para Contingências Trabalhistas - Governo do Estado de São Paulo” demonstrada na nota explicativa nº 22.

11.2. Contas a Receber do Governo do Estado de São Paulo – Processos Encerrados -
Registra os valores pagos ao Governo do Estado de São Paulo, conforme nota explicativa nº 10.4.

12. OUTROS VALORES - LONGO PRAZO

Realizáveis por Venda de Imóveis
Contas a Receber Clientes e Usuários
(-) Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa

	31.03.2019	31.12.2018
Realizáveis por Venda de Imóveis	2.051	2.051
Contas a Receber Clientes e Usuários	29.636	27.846
(-) Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	(29.636)	(27.846)
	2.051	2.051

12.1. Realizáveis por Venda de Imóveis – Estão registrados os valores a receber das Prefeituras Municipais. Eventuais inadimplências são demandadas judicial ou administrativamente e conduzidas negociações para sua liquidação. Não há constituição de PCLD, pois o bem é garantia real para a Companhia.

12.2. Contas a Receber Clientes e Usuários – Nesta conta são registrados os valores em cobrança judicial.

12.3. Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa – A constituição das provisões foi comentada na nota explicativa nº 5.4.

DEMONSTRAÇÃO DA PCLD – LONGO PRAZO

	31.03.2019
Saldo em 31.12.2018	(27.846)
(+) Provisões constituídas no período	(1.924)
(-) Reversões ocorridas no período	134
Saldo final em 31.03.2019	(29.636)

13. INVESTIMENTOS

	31.03.2019	31.12.2018
Participação Voluntária Permanente	238	238
Participação Voluntária Semipermanente	4	4
Participação Decorrente Incentivos Fiscais	9	9
	251	251

A Companhia possui 6.197.058 ações ordinárias nominativas da Companhia de Seguros do Estado de São Paulo - Cosesp, entre outras, registradas em seu Balanço pelo custo de aquisição. Por determinação do Decreto nº 1.068, de 2 de março de 1994, os investimentos da Companhia estão depositados no Fundo Nacional de Desestatização - FND, sendo acompanhados pelo gestor Banco Nacional de Desenvolvimento Social - BNDES.

14. IMOBILIZADO

	31.03.2019	31.12.2018		
	Custo	Depreciação acumulada	Valor líquido	Valor líquido
Terrenos	72.193	-	72.193	72.193
Edificações	293.150	(196.208)	96.942	98.109
Equipamentos e Instalações	24.386	(21.388)	2.998	3.116
Equipamentos de Informática	3.616	(3.281)	335	388
Veículos	764	(760)	4	4
Móveis e Utensílios	2.047	(1.599)	448	469
Bens Cedidos em Comodato	1.482	-	1.482	1.482
Benfeitorias em Bens de 3º	2.634	(2.211)	423	435
Obras Elétricas	15.193	(9.874)	5.319	5.433
Obras Hidráulicas	4.323	(3.910)	413	429
Obras em Andamento	21.782	-	21.782	21.782
	441.570	(239.231)	202.339	203.840

A Companhia possui Unidades em municípios do Estado de São Paulo assim identificadas:

- 32 Unidades Armazenadoras Operacionais.
- 01 Unidade Frigorífica Armazenadora Polivalente.
- 01 Unidade de Entrepóstagem na Capital.
- 04 Unidades Frigoríficas e Fábrica de Gelo.
- 12 Unidades de Entrepóstagem no Interior (Ceasas).
- 05 Terrenos.

Parte das Unidades operacionais estão instaladas em terrenos doados por órgãos públicos e registradas pelo valor constante da documentação legal. Encontra-se em andamento o processo de regularização das pendências dos terrenos doados por órgãos públicos.

Em 1996, a Companhia reavaliou os ativos instalados em Unidades operacionais.

A partir do exercício de 2016, o cálculo da depreciação passou a ser realizado de acordo com a vida útil estimada dos bens, tendo como base a avaliação dos bens realizada por empresa contratada.

DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO DO IMOBILIZADO		31.03.2019
Saldo em 31.12.2018		203.840
(+) Aquisições ocorridas no período		29
(-) Depreciações no período		(1.530)
Saldo final em 31.03.2019		202.339

15. INTANGÍVEL	31.03.2019		31.12.2018	
	Custo	Amortização acumulada	Valor líquido	Valor líquido
Direitos de Propriedades	4.644	(4.142)	502	560
Marcas e Patentes	37	(37)	-	-
	4.681	(4.179)	502	560

DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO DO INTANGÍVEL		31.03.2019
Saldo em 31.12.2018		560
(-) Amortizações no período		(58)
Saldo final em 31.03.2019		502

16. FÉRIAS E ENCARGOS A PAGAR	31.03.2019		31.12.2018	
	Férias e Gratificações	13º Salário a Pagar	Contribuição Social	Valor Líquido
Férias e Gratificações	5.905	768	2.515	6.315
13º Salário a Pagar				-
Contribuição Social				2.301
	9.188	768	2.515	8.616

Com base na folha de pagamento da Companhia foram constituídas as obrigações trabalhistas referentes a direitos trabalhistas relevantes.

17. CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS A RECOLHER	31.03.2019	31.12.2018
INSS – Empresa – Empregados	1.573	1.580
INSS – Autônomos e Sindicatos	2	2
FGTS – Empresa	588	517
Pasep a Recolher	149	131
Cofins a Recolher	687	607
INSS – Lei 9.711/98 e OS 203/99	592	564
	3.591	3.401

Correspondem às obrigações relativas às contribuições patronais, bem como às obrigações tributárias relativas a Pasep e Cofins sobre o faturamento.

18. OBRIGAÇÕES FISCAIS A RECOLHER	31.03.2019		31.12.2018	
	Curto prazo	Longo prazo	Curto prazo	Longo prazo
Imposto de Renda – Fonte – Empregados	867	-	1.129	-
Imposto de Renda – Fonte – Terceiros	3	-	1	-
ISS de Terceiros	221	-	176	-
ISS – Empresa	94	-	27	-
Impostos Retidos – Lei nº 10.833/03	1.974	-	1.573	-
Impostos e Taxas Municipais	17.296	-	-	-
ICMS a Recolher	35	45	33	53
Programa Parcelamento Incentivado/PMSP – PPI	6.181	4.541	6.091	5.983
Programa Recuperação Fiscal – Refis	1.265	5.691	1.255	5.959
Taxa de Lixo	1.188	9.142	1.058	9.073
	29.124	19.419	11.343	21.068

Correspondem às retenções tributárias e outras obrigações.

18.1. Impostos e Taxas Municipais - Corresponde ao IPTU e taxas.

18.2. Programa Parcelamento Incentivado/PMSP – PPI - Refere-se a débitos de IPTU devidos à Prefeitura de São Paulo, anteriores ao exercício de 2009 e atualizados até a data destas demonstrações intermediárias. O débito total é de R\$ 10,722 milhões.

18.3. Programa de Recuperação Fiscal – Refis – Equivale a débitos de Pasep, Cofins, IRPJ e CSLL devidos à Receita Federal do Brasil - RFB e à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional - PGFN anteriores ao exercício de 2008. O débito total é de R\$ 6,956 milhões.

18.4. Taxa de Lixo – O total de R\$ 10,330 milhões contabilizados no passivo circulante e não circulante é resultado da condenação judicial do processo movido pela Municipalidade de São Paulo relativo a diferenças tarifárias do contrato de serviço de deposição de lixo nos aterros sanitários, referente ao exercício de 2001.

19. ENCARGOS A PAGAR

Ordenados a Pagar	2.022	7
Processos Judiciais e Trabalhistas	2.190	2.524
	4.212	2.531

19.1. Ordenados a Pagar – O aumento no saldo em relação a 2018 corresponde à mudança na data de pagamento a partir de fevereiro de 2019. Anteriormente o pagamento ocorria dentro do próprio mês de competência e foi alterado para o quinto dia útil do mês seguinte.

19.2. Processos Judiciais e Trabalhistas – Corresponde a parcelamentos e acordos judiciais realizados pela Companhia, decorrentes de processos trabalhistas movidos por ex-funcionários e funcionários de empresas de serviços terceirizados nas quais a Ceagesp possui responsabilidade subsidiária.

20. CONTAS A PAGAR

Contas a Pagar Diversos	2.322	2.316
Cauções e Retenções	164	164
Correntistas Credores	5.683	5.622
	8.169	8.102

20.1. Contas a Pagar Diversos - Estão registrados valores de glosas de processos trabalhistas, convênio com órgão público e com instituições financeiras referente a empréstimos consignados.

20.2. Cauções e Retenções – Corresponde a garantias contratuais.

20.3. Correntistas Credores – Consiste em créditos de clientes.

21. EMPRÉSTIMOS A PAGAR

Empréstimo I	3.535	4.667
Empréstimo II	3.334	-
	6.869	4.667

Ambos foram captados junto ao Banco do Brasil.

21.1. Empréstimo I – Os recursos foram captados no mês de agosto de 2018 no valor nominal de R\$ 7 milhões. O prazo para pagamento é de 12 meses, com prestações mensais e consecutivas estipuladas em R\$ 583 mil, com vencimento da primeira parcela em setembro de 2018 e término em agosto de 2019.

21.2. Empréstimo II – O valor nominal de R\$ 4 milhões foi captado no mês de janeiro de 2019, com prestações mensais e consecutivas estipuladas no valor de R\$ 333 mil, com vencimento da primeira parcela para fevereiro de 2019 e término em janeiro de 2020.

21.3. Garantia – Para concessão do empréstimo foi dado como garantia o faturamento em carteira específica, devendo ser superior a 120% do valor do crédito.

21.4. Obrigaçāo Especial – Garantia – Caso a garantia reduza em nível inferior aos 120% do valor do saldo devedor da dívida, a Ceagesp fica obrigada a restabelecer o nível, em até 5 dias, sob pena de vencimento antecipado da dívida.

21.5. Encargos Financeiros – Sobre o valor do primeiro empréstimo e as quantias devidas a título de acessórios, taxas e despesas incidem encargos financeiros de 215% da taxa média dos Certificados de Depósitos Intercâmbios – CDI, divulgada pela Central de Custódia e de Liquidação Financeira de Títulos – CETIP e sobre o segundo empréstimo encargos financeiros de 198%. Os encargos financeiros são calculados por dias úteis e debitados na conta vinculada do empréstimo a cada data-base, no vencimento e na liquidação da dívida, devendo ser pagos integralmente. A Ceagesp realizou o pagamento do Imposto sobre Operações de Crédito, Câmbio e Seguros – IOF, bem como outros tributos que venham a ser instituídos e tornados exigíveis.

21.6. Comissão Flat – Além dos encargos financeiros, a Ceagesp pagou a comissão flat na data da liberação do crédito, no percentual de 1%.

22. PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS	31.03.2019	31.12.2018
Provisão para Riscos Cíveis	8.222	8.179
Provisão para Contingências Trabalhistas - Ceagesp	6.477	7.115
Provisão para Contingências Trabalhistas - Terceiros	3.009	3.140
Provisão Contingências Trabalhistas - Governo Estado SP	8.559	8.231
Provisão para Riscos Fiscais	255	255
	26.522	26.920

As provisões são constituídas com base em parecer jurídico face às perdas consideradas prováveis, em processos judiciais cíveis e trabalhistas relevantes.

DEMONSTRAÇÃO DA PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS	31.03.2019
Saldo em 31.12.2018	26.920
(+) Reversões no período	(398)
Saldo final em 31.03.2019	26.522

A Companhia, frente às provisões contingenciais, possui registrado no grupo de “Causas Judiciais Trabalhistas” (nota explicativa nº 11), o valor de R\$ 8,559 milhões que oportunamente será compensado na liquidação das ações judiciais e refere-se aos processos judiciais de licença prêmio, corrida de faixa, pensão e complementação de aposentadoria de ex-funcionários de responsabilidade do Governo do Estado de São Paulo. Esse valor, se consumada sua perda na esfera judicial, será passível de resarcimento pelo Estado conforme observado em outros itens destas notas explicativas.

A Companhia possui o valor de R\$ 37,301 milhões classificado como risco possível de perdas em processos judiciais cíveis, trabalhistas e tributários conforme parecer jurídico.

23. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

		31.03.2019	31.12.2018
	Número de ações ordinárias	%	Capital
Governo Federal	34.294.143	99,68	136.607
Pessoas Jurídicas	108.880	0,32	434
	34.403.023	100,00	137.041
			137.041

Capital Social e Composição Acionária

O capital social subscrito e integralmente realizado é composto por 34.403.023 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal em 31 de março de 2019.

23.1. Reserva de Reavaliação - O saldo da reserva de reavaliação no período é de R\$16,672 milhões. Foram realizados R\$ 142 mil até 31 de março de 2019 e transferidos para a conta de lucro do exercício corrente. Esta reserva é resultado da reavaliação realizada no exercício de 1986 de todos os itens das contas de terrenos, edificações e equipamentos e instalações, localizados em Unidades operacionais ativas. A Companhia decidiu reavaliar os bens, facultado pela Deliberação CVM nº 27, de 5 de fevereiro de 1986.

23.2. Reserva Especial – Conforme deliberação em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 23 de março de 2018, o saldo de dividendos obrigatórios do exercício de 2015 foi transferido para a conta de Reserva Especial. O saldo é corrigido mensalmente pela taxa Selic, conforme § 4º do artigo 1º do Decreto nº 2.673, de 16 de julho de 1998. A transferência foi deliberada nas seguintes condições: a) a Reserva Especial não poderá ser absorvida por prejuízos de exercícios subsequentes; b) deverão incidir encargos financeiros equivalentes à taxa Selic e juros moratórios.

23.3. Prejuízos acumulados - O prejuízo no período foi de R\$ 5,726 milhões. Considerando o saldo da conta de lucro do exercício correspondente à realização da reserva de reavaliação de R\$ 142 mil, conforme nota explicativa nº [23.1](#), resultou no prejuízo acumulado de R\$ 5,584 milhões.

24. RECEITAS, CUSTOS E DESPESAS

O resultado líquido do período até 31 de março de 2019 foi um prejuízo de R\$ 5,726 milhões, enquanto que em 31 de março de 2018 foi de R\$ 3,840 milhões. A variação apresentada foi de R\$ 1,886 milhão no resultado, apesar das receitas operacionais brutas terem aumentado em aproximadamente 5,65% e as despesas terem recuado 4,89%. Em contrapartida, os custos aumentaram cerca de 27,56% em relação a 2018: os principais fatores que contribuíram foram “Pessoal e Honorários” com as rescisões realizadas e reajustes pelo Acordo Coletivo de Trabalho; “Manutenção e Reparos” com as obras realizadas no ETSP; “Gastos Diversos” com o aumento no IPTU e “Materiais de Consumo” aumento no consumo de energia elétrica.

24.1. Receita Operacional Líquida

	31.03.2019	31.03.2018
Serviços Prestados	28.518	26.996
Venda de Produtos	15	10
RECEITA OPERACIONAL BRUTA	28.533	27.006

DEDUÇÕES DA RECEITA BRUTA

Impostos Incidentes sobre Serviços Prestados e Vendas	(4.692)	(4.469)
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	23.841	22.537

	31.03.2019	31.03.2018
Serviços Prestados na Armazenagem	8.876	8.020
Venda de Produtos	15	10
Permissão Remunerada de Uso	15.755	13.999
Autorização de Uso	2.117	2.065
Concessão Remunerada de Uso	589	565
Parcelamento	69	69
Reaparelhamento – Obras	298	326
Receitas Diversas	814	1.952
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	28.533	27.006

As receitas operacionais são decorrentes da prestação de serviços na rede armazenadora e na entrepostagem.

24.1.1. Armazenagem – São prestados serviços de armazenagem, limpeza, secagem, expurgo, classificação vegetal, recepção e embarque e serviços complementares. Em algumas Unidades armazenadoras há cessão de espaços, gerando receitas de permissão e concessão remunerada de uso. Houve em relação ao primeiro trimestre de 2018, aumento na prestação de serviços principalmente de secagem de grãos e armazenagem. Os principais produtos estocados nas Unidades armazenadoras são: trigo, soja, açúcar, milho, algodão, sorgo e outros.

24.1.1.1. Venda de Produtos – Consiste na venda de resíduos e varreduras de produtos armazenados.

24.1.2. Entrepostagem – Contempla as receitas de permissão, autorização e concessão remunerada de uso, parcelamento do Mercado Livre do Produtor - MLP verduras e Armazém de Movimentação “J” - AMJ, reaparelhamento/obras e receitas diversas:

24.1.2.1. Permissão e Concessão Remunerada de Uso - Consistem em disponibilização de instalações que possibilitem o desenvolvimento de atividades típicas de entrepostagem e atípicas precedidas de licitação. O aumento de R\$ 1,756 milhão na conta de Permissão Remunerada de Uso corresponde a cessão de áreas registrada como Receitas Diversas em 2018.

24.1.2.2. Autorização de Uso - Disponibilização para uso provisório de áreas vagas dos entrepostos, para concessionários, permissionários, produtores rurais e pessoas físicas para comercialização de atividades típicas ou desenvolvimento de atividades atípicas.

24.1.2.3. Receitas Diversas – Corresponde às taxas de emissão de crachá, cadastro, liberação de carrinho, retorno de atividade, pedido de transferência, autorizações de uso, atribuição, pedido de alteração cadastral, autorizações de débito, autorizações provisórias, diárias, multas operacionais e pesagem avulsa. A redução de R\$1,138 milhão corresponde a contratos de cessão de áreas que foram reclassificados para a receita de Permissão Remunerada de Uso em 2019.

24.2. Custo dos Serviços Prestados e Produtos Vendidos	31.03.2019	31.03.2018
Pessoal e Honorários	(7.465)	(6.051)
Serviços de Terceiros	(2.699)	(2.874)
Materiais de Consumo	(951)	(343)
Manutenção e Reparos	(521)	333
Depreciações e Amortizações	(1.483)	(1.559)
Utilidades e Serviços	(603)	(548)
Gastos Diversos	(1.944)	(1.237)
Propaganda e Publicidade	-	(2)
	(15.666)	(12.281)

24.2.1. Pessoal e Honorários – O aumento está relacionado ao reajuste de salário-base e benefícios no Acordo Coletivo de Trabalho 2017 e 2018, com data-base 1º de junho. As correções foram realizadas com base no INPC-IBGE em 3,36% e 1,76%, respectivamente. Outros fatores que influenciaram no aumento em “Pessoal” foram os encargos sociais de INSS e FGTS, decorrente de rescisões realizadas no primeiro trimestre de 2019; efetivação das etapas do Processo Seletivo Interno 01/2017; e progressão pela avaliação de desempenho.

24.2.2. Serviços de Terceiros – Contemplam serviços de vigilância e segurança, limpeza, portaria, estágio, mão de obra aplicada na armazenagem, entre outros.

24.2.3. Materiais de Consumo – O aumento em relação a 2019 ocorreu na conta de energia elétrica, em R\$ 1,397 milhão, decorrente do aumento na tarifa e no consumo e consequentemente aumento na recuperação de energia elétrica, no valor de R\$ 648 mil.

24.2.4. Manutenção e Reparos – Aumento total foi de R\$ 855 mil. A conta de recuperação reduziu R\$ 516 mil, enquanto que a conta de manutenção civil aumentou R\$ 347 mil. O aumento é resultado principalmente do contrato de manutenção predial, preventiva e corretiva das instalações do ETSP.

24.2.5. Utilidades e Serviços – São contabilizados os seguros de mercadorias de terceiros, de bens próprios e riscos diversos, telefonia, fretes, anúncios e publicações, correios e malotes, condução, entre outras.

24.2.6. Gastos Diversos – O aumento total foi de R\$ 707 mil e a principal variação foi na conta de IPTU no valor de R\$ 1,191 milhão, enquanto que a recuperação de impostos e taxas aumentou R\$ 485 mil.

24.3. Despesas Gerais e Administrativas

	31.03.2019	31.03.2018
Pessoal e Encargos	(9.482)	(8.767)
Serviços de Terceiros	(1.358)	(1.973)
Materiais de Consumo	(272)	(271)
Manutenção e Reparos	(28)	(17)
Depreciações e Amortizações	(107)	(106)
Utilidades e Serviços	(154)	(193)
Despesas Gerais	(247)	(560)
Provisões	(1.843)	(2.299)
	(13.491)	(14.186)

24.3.1. Pessoal e Encargos – Vide nota explicativa nº **24.2.1**.

24.3.2. Serviços de Terceiros – A variação foi de R\$ 615 mil. Houve redução na conta de serviços de limpeza no valor de R\$ 220 mil decorrente de estornos de notas fiscais de competência do exercício de 2018, referente a irregularidades ocorridas no contrato de limpeza dos prédios da administração. Pelo fato da Ceagesp possuir responsabilidade subsidiária, efetuou o pagamento direto aos funcionários da empresa contratada, em virtude do atraso no pagamento dos salários. Na conta de serviços de terceiros houve, em 2018, despesa de R\$ 499 mil com a realização de concurso público que foi regularizada no final do exercício, por não se tratar de despesa da Companhia.

24.3.3. Despesas Gerais – A redução de R\$ 313 mil corresponde a recuperações ocorridas em 2019 relativas a levantamento judicial de processos trabalhistas e cíveis no valor de R\$576 mil. Aumento na conta legais e judiciais no valor de R\$ 264 mil referente a diversas taxas e condenações de processos trabalhistas.

24.3.4. Provisões – A redução total foi de R\$ 456 mil. Corresponde à PCLD, indenizações trabalhistas e riscos cíveis. A PCLD aumentou em R\$ 193 mil, consequência do aumento na inadimplência; enquanto que a provisão para indenizações trabalhistas de processos judiciais classificados como perda provável com base em parecer jurídico variou de -R\$ 75 mil em 2018, para - R\$ 769 mil em 2019, decorrente de arquivamento de diversos processos.

24.4. Despesas Financeiras

	31.03.2019	31.03.2018
Efeitos Inflacionários	(272)	(368)
Juros sobre Outros Encargos	(403)	(17)
Juros Financeiros e Empréstimo	(205)	-
Multas Dedutíveis e Indedutíveis	(4)	(12)
Comissões e Despesas Bancárias	(88)	(16)
Imposto sobre Operação Financeira - IOF	(54)	-
	(1.026)	(413)

24.4.1. Efeitos Inflacionários - São registradas as atualizações de PPI, Refis, adiantamento para futuro aumento de capital, reserva especial e parcelamento da taxa de lixo. A queda da taxa Selic e do saldo dos parcelamentos resultou na variação desta nomenclatura.

24.4.2. Juros sobre Outros Encargos – O aumento em relação ao primeiro trimestre de 2018 é decorrente do parcelamento da taxa de lixo junto à Prefeitura de São Paulo, conforme nota explicativa nº [18.4](#).

24.4.3. Juros Financeiros e Empréstimo, Comissões e Despesas Bancárias e IOF – Vide nota explicativa nº [21](#).

24.5. Receitas Financeiras	31.03.2019	31.03.2018
Juros Recebidos	646	437
Multas	16	25
Receita s/ Aplicações Financeiras	36	-
Descontos Obtidos	35	182
	733	644

24.5.1. Juros Recebidos e Multa – Receitas provenientes de encargos financeiros recebidos em atraso provenientes de boletos de clientes.

24.5.2. Receita sobre Aplicações Financeiras – As aplicações realizadas em instituição financeira foram encerradas no mês de fevereiro de 2019.

24.5.3. Descontos Obtidos – Receita obtida principalmente na antecipação de pagamentos de IPTU.

25. EBITDA	31.03.2019	31.03.2018
Resultado antes dos Tributos sobre o Lucro	(5.726)	(3.840)
(-) Receita Financeira	(733)	(644)
(+) Despesa Financeira	1.026	413
(+) Depreciações e Amortizações	1.590	1.665
	(3.843)	(2.406)

O EBITDA, resultado operacional da Companhia, apresentou decréscimo em relação ao primeiro trimestre de 2018, em virtude do aumento no prejuízo apurado e nas despesas financeiras com os juros sobre empréstimo e atualização de parcelamentos de tributos.

26. REMUNERAÇÃO PAGA A ADMINISTRADORES E EMPREGADOS

Apresentação das remunerações mensais em 31 de março de 2019, pagas pela Companhia a seus dirigentes e funcionários, computadas todas as vantagens, efetivamente percebidas, respeitando ainda os limites impostos pela legislação pertinente:

	31.03.2019	31.12.2018
Administradores		
▪ Maior Remuneração	32	32
▪ Menor Remuneração	3	3
▪ Média das Remunerações	9	12
Empregados		
▪ Maior Remuneração	29	29
▪ Menor Remuneração	2	1
▪ Média das Remunerações	7	7

27. INTEGRAÇÃO DO BALANÇO CEAGESP AO DA UNIÃO - BGU

O reconhecimento do patrimônio da CEAGESP é registrado no Balanço Geral da União - BGU, pelo valor dos investimentos da União.

28. SEGURO

Em 11 de setembro de 2018, a Companhia firmou contrato de prestação de serviços de seguros relativos a riscos nomeados e operacionais e responsabilidade civil geral com vigência até 11 de setembro de 2019.

A Companhia mantém contrato de cobertura de seguro de vida em grupo compulsório, facultativo e contributário com vigência até o mês de março de 2020.

29. RESPONSABILIDADES SOBRE DEPÓSITOS EM GARANTIAS

As mercadorias depositadas nos armazéns gerais podem ser negociadas através de títulos de crédito (Warrant e Conhecimento de Depósito) representativos destas, de acordo com o previsto no Decreto nº 1.102, de 21 de novembro de 1.903.

30. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL SOBRE O LUCRO

O imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro líquido são calculados com base nas alíquotas vigentes nas datas dos balanços, sendo 15% para o Imposto de Renda, 10% de adicional federal e 9% para a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido. A composição da base de cálculo e dos saldos desses tributos é a seguinte:

	31.03.2019		31.03.2018	
	CSLL	IRPJ	CSLL	IRPJ
Resultado antes dos Tributos sobre o Lucro	(5.726)	(5.726)	(3.840)	(3.840)
(+) Adições	114.663	114.077	129.236	128.590
Despesas Indedutíveis - Operacional				
Avaliações do Imobilizado	142	142	142	142
Multas Indedutíveis	2	2	2	2
Licença Maternidade – Prorrogação	-	-	42	42
Contribuição Associação Classe - Indedutível	82	82	82	82
Brindes	2	2	-	-
Provisões	113.849	113.849	128.322	128.322
Encargos de Deprec., Amortização, Exaustão e Baixa de Bens - Diferença CM IPC/BNF (Lei nº 8.200/91 Art.3).	586	-	646	-
(-) Exclusões	(117.309)	(117.309)	(127.416)	(127.416)
(-) Reversão de Provisões	(112.005)	(112.005)	(126.021)	(126.021)
(-) Depreciação – Diferença contábil e fiscal	(5.304)	(5.304)	(1.391)	(1.391)
(-) Ajustes De Exercícios Anteriores	-	-	(4)	(4)
Base de Cálculo	(8.372)	(8.958)	(2.020)	(2.666)
Compensação da Base Negativa	-	-	-	-
Base de Cálculo do Período	(8.372)	(8.958)	(2.020)	(2.666)
Imposto	-	-	-	-
Adicional Federal	-	-	-	-
Total	-	-	-	-
Alíquota Efetiva	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%

A Companhia possui saldos de prejuízos fiscais acumulados de R\$ 429,178 milhões e base negativa de contribuição social de R\$ 355,616 milhões. Esses não possuem prazo prescricional e são utilizados para compensação no limite legal de 30% do lucro tributável. Considerando os níveis históricos e projeções de lucros tributáveis, a Companhia não registra contabilmente os créditos de imposto de renda e contribuição social diferidos.

31. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GESTÃO DE RISCOS

No período compreendido entre 31 de dezembro de 2018 e 31 de março de 2019, não ocorreram quaisquer operações no mercado de derivativos.

Os principais instrumentos financeiros, de acordo com as práticas contábeis adotadas pela Companhia, estão reconhecidos nas seguintes rubricas (apresentados em notas explicativas destas demonstrações contábeis):

- a) Caixa e equivalentes de caixa;
- b) Contas a receber;
- c) Causas judiciais trabalhistas;
- d) Fornecedores;
- e) Obrigações fiscais a recolher;
- f) Risco de liquidez.

31.1 Gestão de Riscos - A Companhia possui exposição para riscos de créditos resultantes de instrumentos financeiros, que consiste no risco da Companhia incorrer em perdas em razão de um cliente ou uma contraparte do instrumento financeiro não cumprir com suas obrigações contratuais.

O risco é basicamente proveniente de: Contas a receber de clientes; Causas judiciais trabalhistas e Risco de liquidez. As causas judiciais trabalhistas referem-se: **a)** passivos trabalhistas de ações de licença prêmio, pensão, corrida de faixa e complementação de aposentadoria de ex-funcionários (vide nota explicativa nº 10); **b)** ações de funcionários de empresas prestadoras de serviços terceirizados nas quais a Companhia possui responsabilidade subsidiária; e **c)** ações trabalhistas de diversas matérias de funcionários e ex-funcionários da Ceagesp.

31.1.1. Risco de liquidez – Os índices de liquidez medem a capacidade de pagamento de uma empresa. Demonstram o risco da Companhia não conseguir recursos suficientes para cumprir com as obrigações relacionadas a seus passivos financeiros.

31.1.1.1. Índice de liquidez corrente - A comparação entre os direitos realizáveis e as exigibilidades de curto prazo, aponta um índice de liquidez corrente de 0,62 e de 0,58 em 31 de dezembro de 2018.

31.1.1.2. Índice de liquidez geral – Considera os direitos e obrigações de curto e longo prazo. Em 31 de março de 2019 apresentou índice de 0,77, enquanto que em 31 de dezembro de 2018 foi de 0,75.

31.1.1.3. Índice de liquidez seca – Similar à liquidez corrente, a liquidez seca desconsidera o saldo de estoques da Companhia. O índice calculado em 31 de março de 2019 foi de 0,61 e em 31 de dezembro de 2018 de 0,56.

Com o objetivo de melhorar a liquidez, a Companhia captou recursos financeiros através de empréstimos de curto prazo, conforme nota explicativa nº 21.

A Ceagesp constituiu o Comitê de Gestão de Riscos durante o exercício de 2017.

CEAGESP - COMPANHIA DE ENTREPOSTOS E ARMAZÉNS GERAIS DE SÃO PAULO

DIRIGENTES E CONTADORA

Johnni Hunter Nogueira

Diretor Presidente

Carlos de Orleans Guimarães Sobrinho

Diretor Técnico e Operacional e

Diretor Administrativo e Financeiro Interino

Vicente de Almeida Júnior

Gerente do Departamento Financeiro
e Contábil

Eliane Mayumi Tane

Contadora CRC1SP 252476/O-7

Ressalva: O período a que se refere o Balanço intermediário de 1º trimestre estava sob gestão do Diretor Técnico Operacional o Sr. Luiz Concilius Gonçalves Ramos, o qual foi desligado da Companhia no dia 8 de abril de 2019, motivo pelo qual firmou o balanço deste período o atual diretor Sr. Carlos de Orleans Guimarães Sobrinho.

Relatório dos auditores independentes sobre a revisão das informações contábeis intermediárias

À Diretoria e Acionistas da
Companhia de Entrepósitos e Armazéns Gerais de São Paulo - CEAGESP
São Paulo - SP

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias da Companhia de Entrepósitos e Armazéns Gerais de São Paulo (“Companhia” ou “CEAGESP”), contidas no Formulário de Informações Trimestrais – ITR, referente ao trimestre findo em 31 de março de 2019, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de março de 2019 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de três meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 (R1) Demonstração Intermediária e com a norma internacional IAS 34 – *Interim Financial Reporting*, emitida pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais (ITR). Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - *Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity*, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, consequentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações contábeis intermediárias

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias incluídas nas informações intermediárias acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21 (R1) e a IAS 34 aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR, e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

São Paulo (SP), 07 de maio de 2019.

TATICCA Auditores Independentes S.S.
CRC 2SP-03.22.67/O-1

Aderbal Alfonso Hoppe
Sócio
Contador CRC-1SC020036/O-8-T-SP